



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA



EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2026

PROCESSO Nº 0033366
CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2026

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, PARA COMPOR A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR OFERECIDA AOS ALUNOS MATRICULADOS NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, PARA CUMPRIMENTO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – PNAE, COM BASE NA LEI N.º 11.947/2009, LEI N.º 14.133/2021 E RESOLUÇÕES DO FNDE.

INTERESSADO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA - INICIO: 06 DE MARÇO DE 2026

ENCERRAMENTO: 08H30 DO DIA 08 DE ABRIL DE 2026.

LOCAL: DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES – AV. MINAS GERAIS Nº 110, CENTRO, FRONTEIRA/MG.

REFERÊNCIA DE TEMPO: Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

ATO DE DESIGNAÇÃO DO AGENTE DE CONTRATAÇÃO: DECRETO Nº 7.580/2025

VALOR ESTIMADO GLOBAL DE CONTRATAÇÃO: R\$ 133.258,32 (cento e trinta e três mil duzentos e cinquenta e oito reais e trinta e dois centavos).

TIPO: MENOR PREÇO

ESCLARECIMENTOS:

Diretamente no Departamento de Licitações ou através do e-mail licita2@fronteira.mg.gov.br.

HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO: 08h00min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min.

Ocorrendo à decretação de feriado ou qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, todas as datas constantes deste Edital serão transferidas, automaticamente, para o primeiro dia útil, ou de expediente normal, subsequente ao ora fixado.

Não será aceito protocolo de solicitação de expedição de documentos e certidões, para entrega em substituição aos documentos requeridos para a habilitação no presente Edital.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA



Será comunicado, via Internet e pelos meios de divulgação inicial, qualquer alteração no edital que importe em modificação de seus termos, que venha a ocorrer nele ou em seus anexos.

Em nenhuma hipótese serão recebidas propostas e documentação fora do prazo estabelecido neste Edital, excetuadas as permissões legais.

Toda e qualquer alteração que possivelmente ocorrer neste Edital, tais como errata, adendo, suspensão ou revogação, deverá ser consultada pelos pretensos licitantes no site da Prefeitura Municipal de Fronteira em www.frenteira.mg.gov.br.

A Administração não se responsabilizará caso o pretenso licitante não acesse o e-mail informado ou não visualize a alteração no site supracitado consequentemente desconhecendo o teor dos Avisos publicados.



EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2026

PROCESSO Nº 0033366
CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2026

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, PARA COMPOR A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR OFERECIDA AOS ALUNOS MATRICULADOS NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, PARA CUMPRIMENTO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – PNAE, COM BASE NA LEI N.º 11.947/2009, LEI N.º 14.133/2021 E RESOLUÇÕES DO FNDE.

ÍNDICE

- 1 . PREÂMBULO
- 2 . OBJETO
- 3 . FORMALIZAÇÃO DAS CONSULTAS
- 4 . RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS
- 5 . HABILITAÇÃO DO FORNECEDOR
- 6 . PROJETO DE VENDA
- 7 . CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DOS FORNECEDORES
- 8 . CONTRATAÇÃO
- 9 . LOCAL E PERIODICIDADE DE ENTREGA DOS PRODUTOS
- 10 . RECEBIMENTO DOS GÊNEROS ALIMENTÍCIOS
- 11 . PAGAMENTO
- 12 . OBRIGAÇÕES
- 13 . IMPUGNAÇÃO DO EDITAL
- 14 . PREÇOS PARA A AQUISIÇÃO DOS GÊNEROS ALIMENTÍCIOS
- 15 . APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS
- 16 . ANOTAÇÕES NO CADASTRO E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
- 17 . GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO
- 18 . DISPOSIÇÕES FINAIS



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA



EDITAL DE CHAMADA PUBLICA Nº 001/2026

PROCESSO Nº 0033366
CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2026

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, PARA COMPOR A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR OFERECIDA AOS ALUNOS MATRICULADOS NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, PARA CUMPRIMENTO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR . PNAE, COM BASE NA LEI N.º 11.947/2009, LEI N.º 14.133/2021 E RESOLUÇÕES DO FNDE.

1. PREÂMBULO

1.1. O Município de Fronteira/MG; através da Secretária Municipal de Educação, Nos termos do § 1º do art. 14 da Lei nº 11.947/2009, Resoluções CD/FNDE nº 06/2020, alterada pela Resolução CD/FNDE nº 20/2020 e Resolução CD/FNDE nº 21/2021 e a Nota Técnica SEE Nº 001/2021, TORNA PÚBLICO que fará realizar CHAMAMENTO PUBLICO, conforme datas abaixo:

Data de inicio do recebimento da documentação e projeto de venda: 06/03/2026;

Data limite para recebimento da documentação e projeto de venda: 08/04/2026 – 08H30;

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO . AV. MINAS GERAIS Nº 110, CENTRO, FRONTEIRA-MG.

1.2. Os trabalhos serão conduzidos pelo Sr. MÁRCIO ANTONIO FERREIRA, Agente de Contratação e pela Equipe de Apoio, integrada por Lusandra Rodrigues das Neves Barboza e Rosa Elaine de Paula Ribeiro, devidamente designados através do Decreto Municipal nº 7.580/2025, anexado aos autos do procedimento de contratação.

1.3. O Edital e seus Anexos poderão ser obtidos gratuitamente no site da Prefeitura Municipal de Fronteira/MG; através do endereço eletrônico www.frenteira.mg.gov.br e também no prédio sede da Prefeitura Municipal de Fronteira, em dias e horários de expediente (08h00min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min), a partir da data de sua publicação.

1.4. Toda e qualquer alteração que possivelmente ocorrer neste Edital, tais como errata, adendo, suspensão ou revogação, deverá ser consultada pelos interessados no site da Prefeitura Municipal de Fronteira em www.frenteira.mg.gov.br.

1.5. A Administração não se responsabilizará caso o interessado não acesse o site oficial do Município, consequentemente desconhecendo o teor dos Avisos publicados.

2. OBJETO

2.1. AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, PARA COMPOR A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR OFERECIDA AOS ALUNOS MATRICULADOS NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, PARA CUMPRIMENTO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR . PNAE, COM BASE NA LEI N.º 11.947/2009, LEI N.º 14.133/2021 E RESOLUÇÕES DO FNDE, conforme especificações e quantitativos abaixo:



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA



ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	UND.	QUANT
1	ABACAXI TIPO EXTRA: TAMANHO MÉDIO, DE 1,400 A 2,100 KG. DEVERÁ ESTAR FRESCO, COM AROMA, SABOR, COR, PRÓPRIO DA ESPÉCIE E VARIEDADE. DEVERÁ APRESENTAR GRAU DE MATURAÇÃO TAL QUE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO MEDIATO E IMEDIATO. NÃO SERÃO PERMITIDOS DEFEITOS DE NATUREZA FÍSICA OU MECÂNICA, QUE AFETE SUA APARÊNCIA, A CASCA E A POLPA DEVERÃO ESTAR INTACTAS E FIRMES. NÃO SERÃO PERMITIDOS SUJIDADES E CORPOS ESTRANHOS ADERENTES À SUPERFÍCIE EXTERNA. DEVERÁ ESTAR ACONDICIONADAS EM CAIXAS PLÁSTICAS DEVIDAMENTE HIGIENIZADAS. NÃO SERÃO ACEITOS OS DEFEITOS EXTERNOS E INTERNOS QUE PREJUDIQUEM O CONSUMO: AMASSADO, BROCA, INJÚRIA POR FRIO, MANCHA CHOCOLATE, PASSADO, PODRIDÃO E QUEIMADO DO SOL.	PÇ	3300
2	ABOBORA CABOTIA: ABÓBORA CABOTIÁ, DE PRIMEIRA QUALIDADE; TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES; COM CASCA Sã, SEM RUPTURAS, SEM EXCESSO DE SUBSTÂNCIAS TERROSAS, SUJIDADES E CORPOS ESTRANHOS ADERIDOS A SUPERFÍCIE EXTERNA.	KG	440
3	ALFACE: FRESCA, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORME, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDA, FIRME E INTACTA, ÍNTEGRAS E ISENTA DE MATERIAL TERROSO, LIVRE DE RESÍDUOS DE FERTILIZANTES SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS ORIUNDOS DO MANUSEIO E TRANSPORTE. DEVERÁ ESTAR ACONDICIONADAS EM SACOS PLÁSTICOS TRANSPARENTES SEM ODORES. NÃO SERÃO ACEITOS PRODUTOS MURCHOS, COM LESÕES, PODRES, QUEBRADAS. PESO MÍNIMO DO MAÇO 500G;	MÇ	850
4	BANANA NANICA: EM PENCAS, DE PRIMEIRA QUALIDADE, SABOR DOCE, ASPECTO E CHEIROS PRÓPRIOS, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, COM POLPA FIRME E INTACTA, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDA. DEVERÁ APRESENTAR GRAU DE MATURAÇÃO TAL QUE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO MEDIATO E IMEDIATO. NÃO PODERÁ APRESENTAR DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS ORIUNDOS DO MANUSEIO E TRANSPORTES, COM AUSÊNCIA DE SUJIDADES, PARASITOS, AMASSADOS E SINAIS DE APODRECIMENTO. DEVERÁ ESTAR ACONDICIONADAS EM CAIXAS PLÁSTICAS DEVIDAMENTE HIGIENIZADAS. NÃO SERÃO ACEITOS PRODUTOS QUE ESTEJA PASSADO, COM COLORAÇÃO DA POLPA COMPLETAMENTE AMARELA, SEM FIRMEZA E COM CASCA ESCURECIDA, DANO PROFUNDO, AMASSADA, LESÃO NA POLPA POR PRAGAS, EMPEDRAMENTO DO FRUTO, IMATURO, E QUEIMADO DE SOL. SERÃO REJEITADOS OS PRODUTOS QUE NÃO ESTEJAM DENTRO	KG	5700



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA



	DAS ESPECIFICAÇÕES.		
5	BATATA INGLESA ESPECIAL: GRAÚDA SELECIONADA, FRESCA, DE ÓTIMA QUALIDADE, COMPACTA, FIRME, COLORAÇÃO UNIFORME, AROMA, COR, TÍPICOS DA ESPÉCIE, EM PERFEITO ESTADO DE DESENVOLVIMENTO. NÃO SERÃO PERMITIDOS DANOS QUE LHE ALTEREM A CONFORMAÇÃO E A APARÊNCIA. NECESSITA ESTAR ISENTA DE SUJIDADES, PARASITAS, RACHADURAS, CORTES E PERFURAÇÕES.	KG	950
6	CEBOLA: BRANCA SELECIONADA FRESCA, DE ÓTIMA QUALIDADE, COMPACTA, FIRME, COLORAÇÃO UNIFORME, AROMA, COR, TÍPICOS DA ESPÉCIE, EM PERFEITO ESTADO DE DESENVOLVIMENTO. NÃO SERÃO PERMITIDOS DANOS QUE LHE ALTEREM A CONFORMAÇÃO E A APARÊNCIA. NECESSITA ESTAR ISENTA DE SUJIDADES, PARASITAS, RACHADURAS, CORTES E PERFURAÇÕES.	KG	1460
7	CENOURA: GRANDE SELECIONADA FRESCA, DE ÓTIMA QUALIDADE, COMPACTA, FIRME, COLORAÇÃO UNIFORME, AROMA, COR, TÍPICOS DA ESPÉCIE, EM PERFEITO ESTADO DE DESENVOLVIMENTO. NÃO SERÃO PERMITIDOS DANOS QUE LHE ALTEREM A CONFORMAÇÃO E A APARÊNCIA. NECESSITA ESTAR ISENTA DE SUJIDADES, PARASITAS, RACHADURAS, CORTES E PERFURAÇÕES.	KG	600
8	COUVE-MANTEIGA: TIPO EXTRA, FRESCA, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORME, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDA, FIRME E INTACTA, ÍNTEGRAS E ISENTA DE MATERIAL TERROSO, LIVRE DE RESÍDUOS DE FERTILIZANTES SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS ORIUNDOS DO MANUSEIO E TRANSPORTE. DEVERÁ ESTAR ACONDICIONADAS EM SACOS PLÁSTICOS TRANSPARENTES SEM ODORES. NÃO SERÃO ACEITOS PRODUTOS MURCHOS, COM LESÕES, PODRES, QUEBRADAS. SERÃO REJEITADOS OS PRODUTOS QUE NÃO ESTEJAM DENTRO DAS ESPECIFICAÇÕES, PESO MÍNIMO DO MAÇO 500G;	MÇ	600
9	LARANJA: TIPO PERA RIO DE PRIMEIRA, IN NATURA, DEVENDO APRESENTAR COR, ASPECTO E CHEIROS PRÓPRIOS, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, COM POLPA FIRME E INTACTA, COM ASPECTO FRESCO, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDA. DEVERÁ APRESENTAR GRAU DE MATURAÇÃO TAL QUE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO MEDIATO E IMEDIATO. SENDO ISENTA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, SEM LESÕES DE ORIGEM FÍSICA OU MECÂNICA ORIUNDA DE MANUSEIO OU TRANSPORTE. DEVENDO ESTAR ACONDICIONADAS EM CAIXAS PLÁSTICAS, OU SACOS PLÁSTICOS TRANSPARENTES ATÓXICOS SEM ODORES. NÃO SERÃO ACEITOS PRODUTOS COM PODRIDÃO, DANOS, ALTERAÇÕES ATÍPICAS DO SABOR CAUSADAS POR MATURAÇÃO EXCESSIVA, PRAGAS OU DOENÇAS, FRUTO	KG	2400



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA



	IMATURO, MURCHO E NÃO SUCULENTO. SERÃO REJEITADOS OS PRODUTOS QUE NÃO ESTEJAM DENTRO DAS ESPECIFICAÇÕES, CADA UNIDADE COM PESO ENTRE 140G À 150 G;		
10	MAMÃO: FORMOSA FRESCO, DE ÓTIMA QUALIDADE, COMPACTO, FIRME, COLORAÇÃO UNIFORME, AROMA, COR, TÍPICOS DA ESPÉCIE, EM PERFEITO ESTADO DE DESENVOLVIMENTO. NÃO SERÃO PERMITIDOS DANOS QUE LHE ALTEREM A CONFORMAÇÃO E A APARÊNCIA. NECESSITA ESTAR ISENTA DE SUJIDADES, PARASITAS, RACHADURAS, CORTES E PERFURAÇÕES.	KG	400
11	MELANCIA: COM PESO ACIMA DE 10 KG FRESCA, DE ÓTIMA QUALIDADE, COMPACTA, FIRME, COLORAÇÃO UNIFORME, AROMA, COR, TÍPICOS DA ESPÉCIE, EM PERFEITO ESTADO DE DESENVOLVIMENTO. NÃO SERÃO PERMITIDOS DANOS QUE LHE ALTEREM A CONFORMAÇÃO E A APARÊNCIA. NECESSITA ESTAR ISENTA DE SUJIDADES, PARASITAS, RACHADURAS, CORTES E PERFURAÇÕES.	KG	3150
12	REPOLHO DE ÓTIMA QUALIDADE, SEM DEFEITOS, COM FOLHAS VERDES SEM TRAÇOS DE DESCOLORAÇÃO TURGESCENTE, INTACTAS, FIRMES E BEM DESENVOLVIDAS. DEVERÃO APRESENTAR COLORAÇÃO E TAMANHO UNIFORMES E TÍPICOS DA VARIEDADE. NÃO SERÃO PERMITIDOS DEFEITOS NAS VERDURAS QUE AFETEM A SUA FORMAÇÃO E A SUA APARÊNCIA, ESTAR LIVRE DE ENFERMIDADES E INSETOS, NÃO ESTAR DANIFICADA POR QUALQUER LESÃO DE ORIGEM FÍSICA OU MECÂNICA QUE AFETE A APARÊNCIA.	KG	870
13	TOMATE: PARA SALADA EXTRA A OU CAQUÍ TIPO 1 SELECIONADO (BOCA 6), MÉDIO GRAU DE MATURAÇÃO, FRESCO, DE ÓTIMA QUALIDADE, COMPACTO, FIRME, COLORAÇÃO UNIFORME, AROMA, COR, TÍPICOS DA ESPÉCIE, EM PERFEITO ESTADO DE DESENVOLVIMENTO. NÃO SERÃO PERMITIDOS DANOS QUE LHE ALTEREM A CONFORMAÇÃO E A APARÊNCIA. NECESSITA ESTAR ISENTO DE SUJIDADES, PARASITAS, RACHADURAS, CORTES E PERFURAÇÕES.	KG	1230

3. FORMALIZAÇÃO DAS CONSULTAS

3.1. Os pedidos de esclarecimentos deverão ser entregues, por escrito, em até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para o recebimento dos envelopes, no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Fronteira, situado na Avenida Minas Gerais, nº 110 - Bairro Centro, CEP 38230-000, no horário de 09:00 às 11:00 horas e de 13:00 às 17:00 horas ou através do e-mail licita2@fronteira.mg.gov.br.

4. RECURSOS ORÇAMENTARIOS

4.1. Recursos financeiros provenientes FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação), via Programa Nacional de Alimentação Escolar . PNAE, para aquisição exclusiva de gêneros alimentícios da agricultura familiar, durante o exercício de 2026, através das dotações orçamentárias do município:

Órgão: 02 - EXECUTIVO

Unidade Orçamentária: 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Função: 12 - EDUCAÇÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA



Subfunção: 306 - ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO

Programa: 0045 - ALIMENTAÇÃO DOS ALUNOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Projeto/Atividade: 2041 - MERENDA ESCOLAR . ENSINO FUNDAMENTAL

2042 . MERENDA ESCOLAR . ENSINO INFANTIL - CRECHES

2043 . MERENDA ESCOLAR . ENSINO INFANTIL . PRÉ ESCOLA

Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00.00 . MATERIAL DE CONSUMO

Subelemento: 3.3.90.30.07.00 – GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

Fonte Recurso: 1552 . TRANSFERÊNCIA DE RECURSO DO FNDE

5. HABILITAÇÃO DO FORNECEDOR

5.1. Poderão participar do presente processo de seleção os Fornecedores Individuais, Grupos Formais / Informais de Agricultores Familiares, de acordo com o Capítulo V da Resolução FNDE que dispõe sobre o PNAE.

5.2. Os interessados deverão apresentar a documentação de habilitação, acondicionada em envelope lacrado, no qual se identifique, externamente:

ENVELOPE Nº 01 - DA HABILITAÇÃO

NOME DO FORNECEDOR: _____

CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2026

PRAZO PARA RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS: 06/03/2026 À 08/04/2026.

5.3. HABILITAÇÃO DO FORNECEDOR INDIVIDUAL (não organizado em grupo).

5.3.1. O Fornecedor Individual deverá apresentar no envelope Nº 01 - HABILITAÇÃO, os documentos abaixo relacionados, sob pena de inabilitação:

5.3.1.1. Prova de inscrição no Cadastro de Pessoa Física - CPF;

5.3.1.2. Extrato da DAP Física do agricultor familiar participante, emitido nos últimos 60 (sessenta) dias;

5.3.1.3. Prova de atendimento de requisitos previstos em lei específica, quando for o caso;

5.3.1.4. Declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são oriundos de produção própria, relacionada no projeto de venda . Anexo VII.

5.4. HABILITAÇÃO DO GRUPO INFORMAL

5.4.1. O Grupo Informal deverá apresentar no Envelope 01 - HABILITAÇÃO, os documentos abaixo relacionados, sob pena de inabilitação:

5.4.1.1. Prova de inscrição no Cadastro de Pessoa Física - CPF;

5.4.1.2. Extrato da DAP Física de cada agricultor familiar participante, emitido nos últimos 60 (sessenta) dias;

5.4.1.3. Prova de atendimento de requisitos previstos em lei específica, quando for o caso;

5.4.1.4. Declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são produzidos pelos agricultores familiares relacionados no projeto de venda . Anexo . VII;

5.5. HABILITAÇÃO DO GRUPO FORMAL

5.5.1. O Grupo Formal deverá apresentar no Envelope 01 - HABILITAÇÃO, os documentos abaixo relacionados, sob pena de inabilitação:

5.5.1.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;



5.5.1.2. Extrato da DAP Jurídica para associações e cooperativas, emitido nos últimos 60 (sessenta) dias;

5.5.1.3. Prova de regularidade com a Fazenda Federal, relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço FGTS;

5.5.1.4. Cópias do estatuto e ata de posse da atual diretoria da entidade registrada no órgão competente;

5.5.1.5. Declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são produzidos pelos associados/cooperados . Anexo VII;

5.5.1.6. Declaração do seu representante legal de responsabilidade pelo controle do atendimento do limite individual de venda de seus cooperados/associados . Anexo V;

5.5.1.7. Prova de atendimento de requisitos previstos em lei específica, quando for o caso.

5.6. Serão considerados habilitados para execução das ações do Programa Nacional de Alimentação Escolar aqueles que atenderem aos requisitos estabelecidos no item 5.

6. PROJETO DE VENDA

6.1. O Projeto de Venda . Anexo II, deverá ser apresentado pelos Fornecedores Individuais, Grupos Formais / Informais de Agricultores Familiares, acondicionado no envelope 02 . PROJETO DE VENDA, com os preços publicados nesta chamada publica.

6.2. Os interessados deverão apresentar o Projeto de Venda, acondicionado em envelope lacrado, no qual se identifique, externamente:

ENVELOPE Nº 02 . PROJETO DE VENDA

NOME DO FORNECEDOR: _____

CHAMADA PUBLICA Nº 001/2026

PRAZO PARA RECEBIMENTO DO PROJETO DE VENDA: 06/03/2026 À 08/04/2026.

6.3. Devem constar nos Projetos de Vendas de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, o nome, CPF e numero da DAP Física o agricultor familiar, fornecedor Individual e de cada agricultor do Grupo Informal. Para o Grupo Formal deve constar o CNPJ e a DAP Jurídica da organização produtiva;

6.4. Na ausência ou desconformidade de qualquer desses documentos, constatada na sessão e abertura dos envelopes, poderá ser concedido prazo de 02 (dois) dias, para a sua regularização, conforme análise do Agente de Contratação.

7. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DOS FORNECEDORES

7.1. Para seleção, os projetos de venda habilitadas serão divididos em:

7.1.1. grupo de projetos de fornecedores locais;

7.1.2. grupo de projetos das regiões geográficas imediatas;

7.1.3. grupo de projetos das Regiões Geográficas Intermediárias;

7.1.4. grupo de projetos do Estado; e

7.1.5. grupo de projetos do País.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA



7.2. Entre os grupos de projetos, será observada a seguinte ordem de prioridade para seleção:

7.2.1. o grupo de projetos de fornecedores locais;

7.2.2. Entende-se por LOCAL, no caso de DAP FÍSICA, o Município indicado na DAP e no caso de DAP JURIDICA, o Município onde houver a maior quantidade, em números absolutos, de DAPs FÍSICAS registradas no extrato da DAP JURIDICA;

7.2.3. o grupo de projetos de fornecedores de Região Geográfica Imediata tem prioridade sobre o de Região Geográfica Intermediária, o do estado e o do País;

7.2.4. o grupo de projetos de fornecedores da Região Geográfica Intermediária tem prioridade sobre o do estado e do país;

7.2.5. o grupo de projetos do estado tem prioridade sobre o do País.

7.3. Em cada grupo de projetos, será observada a seguinte ordem de prioridade para seleção:

7.3.1. os assentamentos de reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e as comunidades quilombolas, não havendo prioridade entre estes;

7.3.2. Serão considerados Grupos Formais e Grupos Informais de assentamentos da reforma agrária, comunidades quilombolas e/ou indígenas aqueles em que a composição seja de, no mínimo, 50%+1 (cinquenta por cento mais um) dos cooperados/associados das organizações produtivas respectivamente, conforme identificação na(s) DAP(s);

7.3.3. Os fornecedores de gêneros alimentícios certificados como orgânicos ou agroecológicos, segundo a Lei nº 10.831 de 23 de dezembro de 2003, o Decreto nº 6.323/2007 e devido cadastro no MAPA:

7.3.3.1. Os Grupos Formais (organizações produtivas detentoras de Declaração de Aptidão ao PRONAF . DAP JURIDICA), sobre os Grupos Informais (agricultores familiares, detentores de Declaração de Aptidão ao PRONAF . DAP FÍSICA, organizados em grupos), estes sobre os Fornecedores Individuais (detentores de DAP FÍSICA) e estes, sobre Centrais de Cooperativas (detentoras de DAP JURIDICA confirme Portarias do MAPA que regulamentam a DAP);

7.4. Caso não se obtenha as quantidades necessárias de produtos oriundos do grupo de projetos de fornecedores locais, estas deverão ser complementadas com os projetos dos demais grupos, de acordo com os critérios de seleção e priorização, citados anteriormente.

7.5. No caso de empate entre Grupos Formais, terão prioridade organizações com maior agricultores familiares e/ou empreendedores familiares rurais, no seu quadro de sócios, conforme DAP JURIDICA;

7.6. Persistindo o empate, será realizado sorteio ou, em havendo consenso entre as partes, poderá optar-se pela divisão no fornecimento dos produtos a serem adquiridos entre as organizações finalistas.

7.7. Declarados os vencedores, qualquer participante poderá manifestar intenção de recursos, que deverá ser apresentado em até 05 (cinco) dias úteis.

7.7.1. A falta de manifestação imediata e motivada do participante quanto ao resultado da presente Chamada Pública, importará preclusão do direito de recurso.

7.8. O recursos será analisado em até dois dias e o resultado comunicado formalmente pelo Presidente da Comissão Permanente de Licitação.



7.9. Após a divulgação do resultado da Chamada Pública, serão convocados os participantes classificados para assinaturas dos contratos administrativos;

8. CONTRATAÇÃO

8.1. Após a convocação, o participante terá o prazo de no máximo 03 (três) dias para assinar o instrumento contratual, sob pena de perda do direito à contratação;

8.2. O Proponente Vendedor deverá assinar o Contrato de Compra e Venda de gêneros alimentícios, de acordo com a minuta apresentada no Anexo - IV;

8.3. O limite individual de venda do agricultor familiar e do empreendedor familiar rural para a alimentação escolar deverá respeitar o valor máximo de R\$40.000,00 (quarenta mil reais), por DAP/Ano/Entidade Executora, e obedecerá às seguintes regras:

8.3.1. Para a comercialização com fornecedores individuais e grupos informais, os contratos individuais firmados deverão respeitar o valor máximo de R\$40.000,00 (quarenta mil reais), por DAP/Ano/EEEx.

8.3.2. Para a comercialização com grupos formais o montante máximo a ser contratado será o resultado do número de agricultores familiares inscritos na DAP jurídica multiplicado pelo limite individual de comercialização, utilizando a seguinte fórmula:

8.3.2.1. $VMC = NAF \times R\$ 40.000,00$ (sendo: VMC: valor máximo a ser contratado. NAF: nº de agricultores familiares (DAPs familiares) inscritos na DAP jurídica).

9. LOCAL E PERIODICIDADE DA ENTREGA DOS PRODUTOS

9.1. Os gêneros alimentícios deverão ser entregues conforme o Cronograma . Anexo III, desta chamada Pública;

9.2. O Cronograma poderá ser adequado, no momento da análise dos Projetos de Venda, em comum acordo, e deverá ser cumprido pelo contratado.

10. RECEBIMENTO DOS GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

10.1. O recebimento do produto no local designado será feito por servidor ou comissão constituída para este fim e obedecerá ao seguinte trâmite:

10.1.1. A comissão/servidor receberá o produto provisoriamente para verificação de especificação, quantidade, prazos e outros pertinentes;

10.1.1.1. Encontrando irregularidade fixará prazo para correção pelo credenciado;

10.1.1.2. Aprovando receberá definitivamente mediante atesto apostado na Nota Fiscal respectiva.

10.2. Os produtos deverão corresponder fielmente às especificações contidas neste Edital;

10.2.1. Caso os produtos apresentem irregularidades ou estejam fora dos padrões determinados a Secretaria Municipal de Educação os devolverá.

10.2.2. O atraso na substituição dos mesmos acarretará a aplicação das penalidades previstas neste edital.

10.2.2.1. Tal prazo poderá ser prorrogado, a critério da Administração, após análise da justificativa apresentada pelo credenciado.



11. PAGAMENTO

11.1. Os pagamentos do fornecimento feito pelo fornecedor da agricultura familiar ou empreendedor familiar rural contratado, como consequência da comercialização de gêneros alimentícios, serão realizados pelo Município, através de depósito bancário em conta corrente, em até 20 (vinte) dias após a entrega da Nota Fiscal, devidamente atestada pela Secretaria Municipal de Educação.

12. OBRIGAÇÕES

12.1. DO CONTRATADO

12.2.1. Além das obrigações resultantes da aplicação da Lei nº. 14.133/2021 e demais normas pertinentes, são obrigações do Contratado:

12.2.1.1. Dar ciência, **imediatamente e por escrito**, do recebimento das Notas de Empenho, Autorizações de Fornecimento ou outros instrumentos hábeis encaminhados por e-mail ou outro meio eficaz, enviados pelo Contratante;

12.2.1.2. Cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e em seus anexos, assumindo exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

12.2.1.3. Atender a todos os pedidos de fornecimento, não se admitindo procrastinação em função de pedido de revisão de preço ou substituição de marca;

12.2.1.4. Praticar, sempre, os preços e as marcas vigentes publicados no Diário Oficial do Município pelo Contratante;

12.2.1.5. Entregar os produtos no prazo, local e condições estabelecidos, cumprindo, fielmente, todas as disposições constantes no Edital e no Termo de Referência (TR);

12.2.1.5.1. Ao entregar os gêneros o credenciado deverá descarregá-los até o interior do local a ser indicado pela unidade recebedora e aguardar a conferência da entrega.

12.2.1.6. Responsabilizar-se pelo transporte dos produtos de seu estabelecimento até o local determinado, aqui compreendido os custos com frete, bem como pelo seu descarregamento até o interior do local definido para entrega;

12.2.1.7. Entregar os gêneros de acordo com as especificações;

12.2.1.7.1. Garantir a boa qualidade do produto entregue respondendo por qualquer deterioração, caso apresente má aparência, má conservação, restringindo ou inviabilizando o seu uso e/ou a sua comercialização (lesão, podridão, imaturo, passado, amassado), devendo efetuar a substituição sempre que necessário,

12.2.1.8. Substituir, após solicitação do Contratante competente, ou propor a substituição das marcas dos produtos registrados, mantendo no mínimo os padrões fixados no Edital e no Termo de Referência (TR), sempre que for comprovado que a qualidade da marca atual não atende mais às especificações exigidas ou se encontra fora da legislação aplicável;



12.2.1.9. Providenciar a imediata correção das irregularidades apontadas pela Secretaria Municipal de Educação;

12.2.1.10. Manter, durante toda a vigência do Contrato, as mesmas condições de habilitação, especialmente as de regularidade fiscal e trabalhista exigidas na fase licitatória e/ou assinatura do Contrato, inclusive as relativas ao INSS e ao FGTS, renovando as certidões sempre que vencidas e apresentando-as ao setor competente do Contratante, quando solicitadas;

12.2.1.11. Comunicar ao contratante toda e qualquer alteração de dados cadastrais para atualização;

12.2.1.12. Responsabilizar-se pelos salários, encargos sociais, previdenciários, securitários, tributários e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre seu pessoal necessário à execução do fornecimento;

12.2.1.13. Arcar com todas as despesas pertinentes ao fornecimento contratado, tais como tributos, fretes, embalagem e demais encargos;

12.2.1.14. Responder, integralmente, por todos e quaisquer vícios e danos e/ou prejuízos decorrentes da execução do objeto de acordo com o Código de Defesa do Consumidor, causados ao Contratante, à Entidade competente ou a terceiros, por sua culpa ou dolo, na pessoa de preposto ou terceiros a seu serviço, decorrentes da execução do Contrato, não reduzindo ou excluindo de responsabilidade o mero fato da execução ser fiscalizada ou acompanhada por parte do Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

12.2.1.15. Comunicar ao Contratante a ausência do produto contratado no mercado, apresentando a devida comprovação, tão logo tome ciência do fato que possa vir a comprometer o efetivo cumprimento da obrigação pelo Contratado caso futuramente demandado;

12.2.1.16. Submeter-se às normas e determinações do Órgão Gerenciador no que se referem à execução do Contrato;

12.2.1.17. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do Contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133/2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

12.2.1.18. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto do Contrato;

12.2.1.19. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133/2021;



12.2.1.20. Manter, durante toda a vigência do contrato oriundo do credenciamento, os documentos apresentados para esta Chamada Pública;

12.2.1.21. Entregar todos os produtos “in natura”, ou seja, não devem ser processados (descascar, cortar, ralar, embalar, etc.)

12.2. DO CONTRATANTE:

12.2.1 Além das obrigações resultantes da aplicação da Lei nº 14.133/2021 e demais normas pertinentes, são obrigações do Contratante;

12.2.1.1. Promover a formalização do Contrato ou instrumento equivalente;

12.2.1.2. Informar, no prazo de 5 (cinco) dias da ocorrência, qualquer descumprimento de obrigação por parte do Contratado, em especial a recusa em assinar o Contrato ou retirar o documento equivalente no prazo estabelecido;

12.2.1.3. Encaminhar cópia do Contrato, quando celebrado, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após a publicação do extrato;

12.2.1.4. Gerenciar o Contrato, em especial o controle dos quantitativos e das autorizações para as respectivas contratações, as quais deverão indicar o Contratado, as quantidades e os valores a serem praticados;

12.2.1.5. Autorizar o Contrato por órgãos ou entidades não participantes, nas condições previstas na legislação;

12.2.1.6. Definir acerca da possibilidade de participação, ou não, de órgãos e de entidades integrantes de outras esferas governamentais;

12.2.1.7. Avaliar a solicitação motivada de inclusão ou alteração de itens sugeridos pelos órgãos ou pelas entidades da administração municipal, promovendo, se for o caso, a adequação dos respectivos termos de referência ou projetos básicos para atender aos requisitos de padronização e racionalização;

12.2.1.8. Solicitar, acompanhar e fiscalizar o fornecimento dos produtos, assim como se responsabilizar pelo pedido dentro dos quantitativos fixados;

12.2.1.9. Pagar no vencimento a fatura correspondente ao fornecimento dos produtos;

12.2.1.10. Os documentos fiscais deverão estar devidamente atestados por servidor responsável pelo recebimento dos produtos, após o recebimento definitivo dos mesmos;

12.2.1.11. Zelar pelo cumprimento das obrigações contratuais, bem como pela aplicação de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento do Contrato em que figure como parte;

12.2.1.12. Realizar a cobrança pelo cumprimento das obrigações contratualmente assumidas e aplicar, observada a ampla defesa e o contraditório, eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais em relação às suas contratações;



12.2.1.13. Fiscalizar a manutenção pelo Contratado, das condições de habilitação exigidas no Termo de Referência (TR), durante toda a execução do Contrato, em cumprimento ao disposto no inciso XVI do artigo 122 da Lei Federal nº 14.133/2021;

12.2.1.14. Encaminhar ao DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES cópia dos documentos emitidos e eventuais anulações;

12.2.1.15. Notificar o Contratado por escrito, fixando-lhe prazo para corrigir defeitos ou irregularidades encontradas na execução do fornecimento;

12.2.1.16.. Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado no Contrato ou das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, bem como de comportamentos que comprometam o funcionamento do contrato;

13. IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

13.1. Não serão acolhidas as impugnações apresentadas fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou identificado no processo para responder pelo interessado.

13.2. Este edital só poderá ser impugnado em até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para o início do recebimento da documentação.

13.2.1. As razões de impugnação ao edital deverão ser formalizadas por escrito e devem ser protocoladas junto a Prefeitura Municipal de Fronteira, impreterivelmente no horário de atendimento, de 08:00 às 11:00horas e de 13:00 às 17:00horas ou enviadas via email: licita2@fronteira.mg.gov.br;

13.2.2. No caso de impugnação encaminhada por e-mail, cabe ao interessado certificar-se do recebimento, não cabendo a Comissão de Contratação nenhuma responsabilidade por falha na transmissão via internet.

14. PREÇOS PARA A AQUISIÇÃO DOS GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

14.1. A presente chamada pública tem como valor estimado o montante de **R\$ 133.258,32 (cento e trinta e três mil duzentos e cinquenta e oito reais e trinta e dois centavos)**, para aquisição dos itens e seus respectivos quantitativos expostos neste edital (ANEXO III);

14.2. Para a composição do preço de referência, a seguinte metodologia foi utilizada:

14.2.1. Pesquisa no mercado e estabelecimento comercial local;

14.3. O cálculo do preço de compra dos gêneros alimentícios, a ser pago ao fornecedor da agricultura familiar, tem como referência o preço médio pesquisado, sem qualquer ônus ao Município, tais como: deslocamentos, combustível, embalagens, tributos, encargos sociais, previdenciários, etc.

14.3. Os preços serão mantidos inalterados por todo o período de vigência do contrato, admitida a sua revisão quando alterada os preços da tabela CONAB e em casos excepcionais, nas hipóteses legalmente admitidas e consideradas os preços de mercado.

14.3.1. A revisão de preço poderá ser efetivada por iniciativa da Prefeitura Municipal ou pelo contratado uma vez comprovado o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato.

14.3.2. A solicitação de revisão de preços deverá ser justificada e instruída com documentos hábeis, para análise.



15. APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS E DO CONTROLE DE QUALIDADE DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

15.1. Os produtos adquiridos deverão ser previamente submetidos ao controle de qualidade, observando-se a legislação aplicável aos gêneros alimentícios.

15.2. Deverão ser apresentadas, por parte dos habilitados, 01 (uma) amostra do produto, com o nome do licitante, de acordo com a legislação de alimentos, no prazo de 05 (cinco) dias da notificação da Secretaria Municipal de Educação.

15.3. Todas as amostras serão avaliadas quanto às características organolépticas observando-se a legislação aplicável aos gêneros alimentícios.

15.4. As amostras deverão ser entregues sob registro, em até 05 (cinco) dias contados da notificação, sendo que a não apresentação implicará na perda do direito à contratação.

15.5. Será desclassificado o fornecedor cuja amostra esteja em desacordo com as exigências do edital.

15.6. As amostras serão retidas e utilizadas pela Administração, não haverá devolução das amostras.

15.7. A critério da Administração, quando da entrega do produto, poderão ser solicitados laudos de análise com o objetivo de verificar a propriedade e a qualidade do produto, em conformidade com a legislação pertinente.

16. ANOTAÇÕES NO CADASTRO E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. Serão registrados no cadastro dos contratados:

16.1.1. Todos os fatos e faltas de caráter administrativo, comercial ou técnico referentes à entrega dos produtos;

16.1.2. As penalidades aplicadas previstas no instrumento contratual e neste edital.

16.2. Pela infração às normas legais ou o cometimento de outras irregularidades, inclusive no cumprimento de contrato assinado, poderá o faltoso sofrer as seguintes penalidades:

16.2.1. Advertência;

16.2.2. Anotação restritiva no cadastro, sem prejuízo da aplicação das outras penalidades previstas, nos seguintes casos:

16.2.2.1. atraso injustificado na execução do fornecimento contratado;

16.2.2.2. execução do fornecimento em desacordo com o previsto no contrato;

16.2.2.3. qualidade insatisfatória dos produtos entregues.

16.3. Na aplicação das penalidades previstas neste edital será assegurada a defesa prévia do credenciado no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da sua notificação.

17. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

17.1. Gestora do Contrato – Paula Feres Silva – Coordenadora de educação básica

17.2. Fiscal do Contrato – Daniela Caires Dias – Nutricionista



18. DISPOSIÇÕES FINAIS

18.1. Poderá a Administração revogar o presente credenciamento, por conveniência administrativa ou interesse público devidamente justificado, sem que caiba ao interessado direito à indenização, salvo em caso de dano efetivo disso resultante e na forma da lei.

18.2. O interessado no credenciamento é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase do credenciamento e da execução do contrato.

18.3. A Prefeitura Municipal de Fronteira, em qualquer fase do credenciamento, poderá promover diligências, com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

18.4. O interessado no credenciamento intimado para prestar qualquer esclarecimento adicional deverá fazê-lo no prazo determinado pela Prefeitura Municipal de Fronteira, sob pena de descredenciamento.

18.5. As decisões referentes a este processo serão comunicadas aos interessados no credenciamento por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento e mediante publicação no Quadro de Aviso da Prefeitura Municipal e no Diário Oficial do Município.

18.6. Os casos não previstos neste edital serão decididos pela Comissão Permanente de Licitação.

18.7. A participação do interessado neste credenciamento implica em aceitação de todos os termos deste edital.

18.8. A publicação do resultado deste procedimento de seleção não implicará em direito à contratação.

18.9. O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste edital será o da Comarca de Frutal/MG.

18.10. Integram este Chamamento Público, dele fazendo parte como se transcritos em seu corpo, os seguintes anexos:

18.10.1. ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA;

18.10.2. ANEXO II - MODELO DE PROJETO DE VENDA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR;

18.10.3. ANEXO III - CRONOGRAMA DE ENTREGA;

18.10.4. ANEXO IV - MINUTA DE CONTRATO;

18.10.5. ANEXO V - MINUTA DA DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE PELO CONTROLE DO ATENDIMENTO DO LIMITE INDIVIDUAL DE VENDA DOS COOPERADOS/ASSOCIADOS (GRUPOS FORMAIS);

18.10.6. ANEXO VI - MINUTA DA DECLARAÇÃO DO AGRICULTOR FAMILIAR . PRODUÇÃO PRÓPRIA GRUPOS FORMAIS;

18.10.7. ANEXO VII - MODELO DE DECLARAÇÃO DO AGRICULTOR FAMILIAR. PRODUÇÃO PRÓPRIA PARA GRUPOS INFORMAIS OU FORNECEDORES INDIVIDUAIS;

Fronteira/MG, 04 de março de 2026.

CARLA PEIXOTO
Secretaria Municipal de Educação



ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

CHAMAMENTO PÚBLICO

BASE LEGAL: LEI Nº 14.133/21, inciso IV, Art. 74.

1. OBJETO E PRAZOS DA AQUISIÇÃO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, PARA COMPOR A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR OFERECIDAS AOS ALUNOS MATRICULADOS NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, PARA CUMPRIMENTO DO PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE, PELO PERÍODO DE ABRIL A OUTUBRO DE 2026, CONFORME § 1º DO ART. 14 DA LEI Nº 11.947/2009, RESOLUÇÕES CD/FNDE Nº 06/2020, ALTERADA PELA RESOLUÇÃO CD/FNDE Nº 20/2020 E RESOLUÇÃO CD/FNDE Nº 21/2021 E A NOTA TÉCNICA SEE Nº 001/2021.

ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	UND.	QUANT
1	ABACAXI TIPO EXTRA: TAMANHO MÉDIO, DE 1,400 A 2,100 KG. DEVERÁ ESTAR FRESCO, COM AROMA, SABOR, COR, PRÓPRIO DA ESPÉCIE E VARIEDADE. DEVERÁ APRESENTAR GRAU DE MATURAÇÃO TAL QUE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO MEDIATO E IMEDIATO. NÃO SERÃO PERMITIDOS DEFEITOS DE NATUREZA FÍSICA OU MECÂNICA, QUE AFETE SUA APARÊNCIA, A CASCA E A POLPA DEVERÃO ESTAR INTACTAS E FIRMES. NÃO SERÃO PERMITIDOS SUJIDADES E CORPOS ESTRANHOS ADERENTES À SUPERFÍCIE EXTERNA. DEVERÁ ESTAR ACONDICIONADAS EM CAIXAS PLÁSTICAS DEVIDAMENTE HIGIENIZADAS. NÃO SERÃO ACEITOS OS DEFEITOS EXTERNOS E INTERNOS QUE PREJUDIQUEM O CONSUMO: AMASSADO, BROCA, INJÚRIA POR FRIO, MANCHA CHOCOLATE, PASSADO, PODRIDÃO E QUEIMADO DO SOL.	PÇ	3300
2	ABOBORA CABOTIA: ABÓBORA CABOTIÁ, DE PRIMEIRA QUALIDADE; TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES; COM CASCA Sã, SEM RUPTURAS, SEM EXCESSO DE SUBSTÂNCIAS TERROSAS, SUJIDADES E CORPOS ESTRANHOS ADERIDOS A SUPERFÍCIE EXTERNA.	KG	440
3	ALFACE: FRESCA, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORME, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDA, FIRME E INTACTA, ÍNTEGRAS E ISENTA DE MATERIAL TERROSO, LIVRE DE RESÍDUOS DE FERTILIZANTES SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS ORIUNDOS DO MANUSEIO E TRANSPORTE. DEVERÁ ESTAR ACONDICIONADAS EM SACOS PLÁSTICOS TRANSPARENTES SEM ODORES. NÃO SERÃO ACEITOS PRODUTOS MURCHOS, COM LESÕES, PODRES, QUEBRADAS. PESO MÍNIMO DO MAÇO 500G;	MÇ	850
4	BANANA NANICA: EM PENCAS, DE PRIMEIRA QUALIDADE, SABOR DOCE, ASPECTO E CHEIROS PRÓPRIOS, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, COM POLPA FIRME E INTACTA, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDA. DEVERÁ APRESENTAR GRAU DE MATURAÇÃO TAL QUE PERMITA	KG	5700



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA



	SUPORTAR A MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO MEDIATO E IMEDIATO. NÃO PODERÁ APRESENTAR DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS ORIUNDOS DO MANUSEIO E TRANSPORTES, COM AUSÊNCIA DE SUJIDADES, PARASITOS, AMASSADOS E SINAIS DE APODRECIMENTO. DEVERÁ ESTAR ACONDICIONADAS EM CAIXAS PLÁSTICAS DEVIDAMENTE HIGIENIZADAS. NÃO SERÃO ACEITOS PRODUTOS QUE ESTEJA PASSADO, COM COLORAÇÃO DA POLPA COMPLETAMENTE AMARELA, SEM FIRMEZA E COM CASCA ESCURECIDA, DANO PROFUNDO, AMASSADA, LESÃO NA POLPA POR PRAGAS, EMPEDRAMENTO DO FRUTO, IMATURO, E QUEIMADO DE SOL. SERÃO REJEITADOS OS PRODUTOS QUE NÃO ESTEJAM DENTRO DAS ESPECIFICAÇÕES.		
5	BATATA INGLESA ESPECIAL: GRAÚDA SELECIONADA, FRESCA, DE ÓTIMA QUALIDADE, COMPACTA, FIRME, COLORAÇÃO UNIFORME, AROMA, COR, TÍPICOS DA ESPÉCIE, EM PERFEITO ESTADO DE DESENVOLVIMENTO. NÃO SERÃO PERMITIDOS DANOS QUE LHE ALTEREM A CONFORMAÇÃO E A APARÊNCIA. NECESSITA ESTAR ISENTA DE SUJIDADES, PARASITAS, RACHADURAS, CORTES E PERFURAÇÕES.	KG	950
6	CEBOLA: BRANCA SELECIONADA FRESCA, DE ÓTIMA QUALIDADE, COMPACTA, FIRME, COLORAÇÃO UNIFORME, AROMA, COR, TÍPICOS DA ESPÉCIE, EM PERFEITO ESTADO DE DESENVOLVIMENTO. NÃO SERÃO PERMITIDOS DANOS QUE LHE ALTEREM A CONFORMAÇÃO E A APARÊNCIA. NECESSITA ESTAR ISENTA DE SUJIDADES, PARASITAS, RACHADURAS, CORTES E PERFURAÇÕES.	KG	1460
7	CENOURA: GRANDE SELECIONADA FRESCA, DE ÓTIMA QUALIDADE, COMPACTA, FIRME, COLORAÇÃO UNIFORME, AROMA, COR, TÍPICOS DA ESPÉCIE, EM PERFEITO ESTADO DE DESENVOLVIMENTO. NÃO SERÃO PERMITIDOS DANOS QUE LHE ALTEREM A CONFORMAÇÃO E A APARÊNCIA. NECESSITA ESTAR ISENTA DE SUJIDADES, PARASITAS, RACHADURAS, CORTES E PERFURAÇÕES.	KG	600
8	COUVE-MANTEIGA: TIPO EXTRA, FRESCA, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORME, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDA, FIRME E INTACTA, ÍNTEGRAS E ISENTA DE MATERIAL TERROSO, LIVRE DE RESÍDUOS DE FERTILIZANTES SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS ORIUNDOS DO MANUSEIO E TRANSPORTE. DEVERÁ ESTAR ACONDICIONADAS EM SACOS PLÁSTICOS TRANSPARENTES SEM ODORES. NÃO SERÃO ACEITOS PRODUTOS MURCHOS, COM LESÕES, PODRES, QUEBRADAS. SERÃO REJEITADOS OS PRODUTOS QUE NÃO ESTEJAM DENTRO DAS ESPECIFICAÇÕES, PESO MÍNIMO DO MAÇO 500G;	MÇ	600
9	LARANJA: TIPO PERA RIO DE PRIMEIRA, IN NATURA, DEVENDO APRESENTAR COR, ASPECTO E CHEIROS PRÓPRIOS, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, COM POLPA FIRME E INTACTA, COM ASPECTO FRESCO, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDA. DEVERÁ APRESENTAR GRAU DE MATURAÇÃO TAL QUE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO MEDIATO E IMEDIATO. SENDO ISENTA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, SEM LESÕES DE ORIGEM FÍSICA OU MECÂNICA	KG	2400



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA



	ORIUNDA DE MANUSEIO OU TRANSPORTE. DEVENDO ESTAR ACONDICIONADAS EM CAIXAS PLÁSTICAS, OU SACOS PLÁSTICOS TRANSPARENTES ATÓXICOS SEM ODORES. NÃO SERÃO ACEITOS PRODUTOS COM PODRIDÃO, DANOS, ALTERAÇÕES ATÍPICAS DO SABOR CAUSADAS POR MATURAÇÃO EXCESSIVA, PRAGAS OU DOENÇAS, FRUTO IMATURO, MURCHO E NÃO SUCULENTO. SERÃO REJEITADOS OS PRODUTOS QUE NÃO ESTEJAM DENTRO DAS ESPECIFICAÇÕES, CADA UNIDADE COM PESO ENTRE 140G À 150 G;		
10	MAMÃO: FORMOSA FRESCO, DE ÓTIMA QUALIDADE, COMPACTO, FIRME, COLORAÇÃO UNIFORME, AROMA, COR, TÍPICOS DA ESPÉCIE, EM PERFEITO ESTADO DE DESENVOLVIMENTO. NÃO SERÃO PERMITIDOS DANOS QUE LHE ALTEREM A CONFORMAÇÃO E A APARÊNCIA. NECESSITA ESTAR ISENTA DE SUJIDADES, PARASITAS, RACHADURAS, CORTES E PERFURAÇÕES.	KG	400
11	MELANCIA: COM PESO ACIMA DE 10 KG FRESCA, DE ÓTIMA QUALIDADE, COMPACTA, FIRME, COLORAÇÃO UNIFORME, AROMA, COR, TÍPICOS DA ESPÉCIE, EM PERFEITO ESTADO DE DESENVOLVIMENTO. NÃO SERÃO PERMITIDOS DANOS QUE LHE ALTEREM A CONFORMAÇÃO E A APARÊNCIA. NECESSITA ESTAR ISENTA DE SUJIDADES, PARASITAS, RACHADURAS, CORTES E PERFURAÇÕES.	KG	3150
12	REPOLHO DE ÓTIMA QUALIDADE, SEM DEFEITOS, COM FOLHAS VERDES SEM TRAÇOS DE DESCOLORAÇÃO TURGESCENTE, INTACTAS, FIRMES E BEM DESENVOLVIDAS. DEVERÃO APRESENTAR COLORAÇÃO E TAMANHO UNIFORMES E TÍPICOS DA VARIEDADE. NÃO SERÃO PERMITIDOS DEFEITOS NAS VERDURAS QUE AFETEM A SUA FORMAÇÃO E A SUA APARÊNCIA, ESTAR LIVRE DE ENFERMIDADES E INSETOS, NÃO ESTAR DANIFICADA POR QUALQUER LESÃO DE ORIGEM FÍSICA OU MECÂNICA QUE AFETE A APARÊNCIA.	KG	870
13	TOMATE: PARA SALADA EXTRA A OU CAQUÍ TIPO 1 SELECIONADO (BOCA 6), MÉDIO GRAU DE MATURAÇÃO, FRESCO, DE ÓTIMA QUALIDADE, COMPACTO, FIRME, COLORAÇÃO UNIFORME, AROMA, COR, TÍPICOS DA ESPÉCIE, EM PERFEITO ESTADO DE DESENVOLVIMENTO. NÃO SERÃO PERMITIDOS DANOS QUE LHE ALTEREM A CONFORMAÇÃO E A APARÊNCIA. NECESSITA ESTAR ISENTO DE SUJIDADES, PARASITAS, RACHADURAS, CORTES E PERFURAÇÕES.	KG	1230

1.2. Os bens objeto desta aquisição são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA AQUISIÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'b', da Lei nº 14.133/2021).

2.1. A Fundamentação da aquisição e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada nos tópicos seguintes

2.2. A aquisição pretende solucionar o fornecimento regular de gêneros alimentícios para os alunos matriculados na rede Pública Municipal de ensino.

2.3. A alimentação adequada é um direito fundamental do ser humano, reconhecido internacionalmente pela Declaração Universal dos Direitos Humanos e pelo Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais – PIDESC, devendo o poder público adotar as políticas e



ações que se façam necessárias para promover e garantir a segurança alimentar e nutricional da população, como disposto na Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que criou o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN).

2.4. A alimentação escolar tem por objetivo contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que atendam às exigências nutricionais dos alunos durante os 200 dias letivos.

2.5. O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é, pois, uma dessas políticas, coordenado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), autarquia vinculada ao Ministério da Educação (MEC), responsável pela transferência de recursos financeiros.

2.6. O PNAE tem caráter Suplementar. Os recursos financeiros provêm do Tesouro Nacional e estão assegurados no Orçamento da União. As Entidades Executoras, neste caso a Secretaria de Educação de Fronteira, são responsáveis pela execução do Programa, inclusive pela utilização dos recursos financeiros transferidos pelo FNDE, que são complementares. É de responsabilidade das EEx garantir a oferta da alimentação escolar aos alunos matriculados na educação básica da rede pública de seu sistema de ensino.

2.7. A estimativa dos quantitativos tiveram com base as aquisições e consumo do exercício anterior, que conforme o cardápio da alimentação escolar tiveram seus reajustes para os quantitativos necessários para a aquisição pretendida.

2.8. O cardápio é a ferramenta operacional que relaciona os alimentos destinados a suprir as necessidades nutricionais individuais ou coletivas, discriminando os alimentos, por preparação, quantitativo per capita, para energia, carboidratos, proteínas, lipídios, vitaminas e minerais. A elaboração do cardápio compete ao nutricionista, conforme preconiza a Resolução CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013 e suas alterações: Planejar o cardápio da alimentação escolar de acordo com a cultura alimentar, o perfil epidemiológico da população atendida e a vocação agrícola da região, acompanhando desde a aquisição dos gêneros alimentícios até a produção e distribuição da alimentação.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'c', e art. 40, §1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021)

3.1. As necessidades referentes às aquisições de gêneros alimentícios da agricultura familiar e empreendedor familiar rural, visando preparo de refeições que atenderão aos alunos matriculados na Rede Municipal de Ensino, que oferta a Educação Infantil e Ensino Fundamental, através do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, bem como para compor a alimentação dos alunos da Creche, da Escola Família Agrícola pela Rede Pública Municipal de Ensino do Município de Fronteira - MG, de interesse da Secretaria Municipal de Educação, envolvendo em sua maioria recursos oriundos FNDE, para fornecimento parcelado durante o período de março a outubro de 2026, sequer requer explicações ou justificativas outras para a sua aquisição, entretanto, passamos descrever a solução demandada.

3.2. A aquisição deverá ser levada a efeito, por Chamada Pública, procedimento auxiliar de licitação, dado a inviabilidade de licitação, conforme § 1º do art. 14 da lei 11.947/2009, Resolução FNDE/CD/MEC 26 de 17/06/2013, com a finalidade de atender a aplicação mínima exigida no art. 14 da Lei 11.947/2009, e por consequência, inexigível na forma do inciso IV, Art. 74 da Lei 14.133 de 01 de abril de 2021. Assim, por se tratar de bens comuns, ou seja, cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital ou instrumento de contratação direta, por meio de especificações usuais, no mercado.



3.3. Ademais, a aquisição dos gêneros comuns, como no presente caso, está fracionada em ITENS com o objetivo de atender ao inciso XLI do art. 6º e §1º do art. 82 da Lei 14.133/2021, o qual prevê que as compras, sempre que possível, deverão ser subdivididas em tantas parcelas quantas necessárias, para aproveitar as peculiaridades do mercado, visando dessa forma atender ao princípio da economicidade, considerando ainda as características e a natureza do objeto a ser adquirida, a necessidade de contratações frequentes e a conveniência de entregas parceladas.

3.4. Por se tratar de aquisição de objetos comuns e necessário ao atendimento da demanda das funções da administração pública, como já debatido, é crucial que seja feitas as aquisições ora solicitadas para o atendimento do interesse público primário, haja vista, serem os objetos (Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar) insubstituíveis e necessário, não havendo outra forma de suprir a necessidade senão com as aquisições ora demandada.

4. REQUISITOS DA AQUISIÇÃO:

4.1. Da indicação de marca(s) ou modelo(s):

4.1.1. Não será(ão) exigida(s) marca(s) ou modelo(s) específico(s) para a aquisição, uma vez que a descrição do objeto já delinea todas as suas características essenciais.

4.4. Subcontratação

4.4.1. É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto adquirido, exceto na hipótese de serviço secundário que não integre a essência do objeto, desde que expressamente autorizada pelo Contratante, mantida em qualquer caso a integral responsabilidade do Contratado.

4.5. Poderão ser solicitadas AMOSTRAS DOS PRODUTOS, conforme o artigo 41 da Resolução 06/2020, de acordo com a necessidade identificada pela Nutricionista Responsável, podendo desclassificar o item, se o produto for identificado de má qualidade baseado na aceitabilidade do mesmo pelos alunos;

4.6. Todas as entregas de alimentos serão programadas e entregues conforme necessidade, SENDO A ENTREGA MÍNIMA SEMANAL, pois não temos estrutura física para armazenarmos maiores quantidades de produtos, sejam eles perecíveis e não perecíveis;

4.7 A aquisição deverá seguir os parâmetros de Responsabilidade Socioambiental contribuindo para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental de acordo com o art. 225 da Constituição Federal/88.

4.8. Para a aquisição dos bens pretendidos os eventuais interessados deverão comprovar que atuam em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, bem como apresentar os seguintes documentos a título habilitação, nos termos do art. 62, da Lei nº 14.133/2021:

4.8.1. Da Habilitação Fiscal, Social e trabalhista: Serão exigidos os documentos previstos no Art. 68 da lei 14.133/2021.

4.8.2. Da Habilitação Econômica/Financeira: Será exigida a Certidão de Falência e Concordata, conforme art. 69, inc. II da Lei 14.133/2021

4.9. O agricultor vencedor deverá realizar as entregas dos produtos solicitados, nos endereços abaixo, em horário de expediente a seguir:

-Escola Municipal Poliana Ziza Ferreira

-Endereço: Av. Aurélio Luiz Mistiéri, nº 370 - Centro - Fronteira/MG

-Escola Municipal José Maria Bastos Garcia

-Endereço: Av. Abdo Jauid Feres, nº 150 - Centro - Fronteira/MG

-Escola Municipal Marechal Castelo Branco

-Endereço: Rua Godofredo Antônio da Costa, nº 238

-Distrito de Santo Antônio do Rio Grande (Lagoa Seca)

-CMEI Dona Mençora

-Endereço: Rua Campo Florido, nº 390 - Jardim Ângelo Passuelo - Fronteira/MG



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA



-CMEI Santo Antônio

-Endereço: Rua Godofredo Antônio da Costa, nº 62

-Distrito de Santo Antônio do Rio Grande (Lagoa Seca)

-CMEI Dona Belinha

Endereço: Av. Liberdade, nº 1.480 - Vila Reis - Fronteira/MG

-CMEI Dona Alice

-Endereço: Rua Miguel José Miziara nº 241 - Vila Residencial de Furnas - Fronteira/MG;

-Pré-Escolar Turma da Mônica

-Endereço: Rua Higino Florêncio de Souza, nº 430 - Vila Residencial de Furnas - Fronteira/MG

-Pré Escolar Máisa F.P. Vasconcelos

-Av. Brasil n. 220 – Vila Residencial de Furnas - Fronteira/MG;

4.9.1. Os produtos deverão ser entregues obedecendo à seguinte periodicidade:

- Hortifrutigranjeiros – Toda segunda-feira de cada semana, exclusivamente no horário das 06:10 às 09:00.

4.10. Os Produtos deverão ser entregue em embalagens intactas e compatíveis com cada produto, em se tratando de embalagem de papelão a mesma não poderá estar rasgada molhada ou violada;

4.10.1. Os produtos embalados em frascos deverão se apresentar bem fechados com lacre, sem nenhuma espécie de vazamento;

4.10.2. Os produtos deverão ser entregues em embalagens individuais conforme solicitado na autorização de fornecimento, com quantidade exata ou a maior, seja em grama, quilo ou litro, sob pena de ser devolvido ao fornecedor;

4.10.3. Não serão aceitas ofertas de produtos em embalagens ou condições diferentes das solicitadas;

4.11. Os produtos, conforme o caso, deverão obedecer às normas de legislação vigentes do Ministério da Agricultura/FIF/DIE/SIM/VIGILÂNCIA SANITÁRIA (Quando for o caso).

4.11.1. Os produtos deverão possuir registro em órgãos competentes relacionados ao tipo de produto (Ministério da Saúde – ANVISA, MAPA e outros), conforme o caso;

4.11.2. Os produtos deverão estar de acordo com as exigências do Código de Defesa do Consumidor, especialmente no tocante aos vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao uso a que se destinam ou lhes diminuam o valor, conforme diploma legal.

4.12. Os produtos deverão ser acompanhados das notas para conferência, que ocorrerá no ato da entrega no local de recebimento, por funcionário habilitado e responsável.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO:

5.1. FORMA DE FORNECIMENTO E CONDIÇÕES DE ENTREGA:

5.1.1. O fornecimento será executado mediante envio de Autorização de Fornecimento pelo Contratante, que se obrigará a realizar a entrega de acordo com a demanda apresentada, independentemente de quantidade, valor do pedido ou endereço da entrega;

5.1.2. O prazo máximo para a entrega do objeto deste Contrato pelo Contratado será de 3(três) dias corridos contadas a partir do recebimento da Autorização de Fornecimento ou outro instrumento hábil, exclusivamente no horário das 06:10 às 09:00, toda segunda-feira de cada semana ou quando necessário.

5.1.3. O objeto do presente Contrato deverá ser descarregado e entregue no interior do local informado juntamente com a Planilha de entrega semana enviada pela secretaria, sempre que demandado pelo recebedor;



5.1.3.1. O objeto do presente Contrato deverá ser entregue dentro da mais perfeita integridade, ou seja, sem avarias e/ou danos no manuseio, resista à forma e às condições de transporte, garantindo que seja entregue em perfeito estado de conservação. O produto danificado não será recebido;

5.1.4. O produto entregue pelo Contratado durante a execução do Contrato poderá ser objeto de análise, por amostragem, a critério da Administração Pública, para verificar, a qualquer tempo, a qualidade dos produtos adquiridos.

5.1.5. É vedada a entrega do produto por parte do Contratado, bem como o recebimento do mesmo pelo Contratante que apresente especificações em desacordo com o presente Termo de Referência (TR), falhas decorrentes do processo de fabricação, danos ou avarias decorrentes da entrega;

5.1.6. O Contratado somente poderá entregar o produto nos horários e locais indicados pelo Contratante. Também deverá respeitar todas as condições impostas pela legislação para a comercialização dos produtos, além das exigências e padrões definidos neste Termo de Referência (TR).

5.2. GARANTIA:

5.2.1. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da [Lei nº 14.133/2021](#), e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado.

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, na forma do artigo 117 da [Lei nº 14.133/2021](#).

6.7. Gestora do Contrato – Paula Feres Silva – Coordenadora de educação básica

6.8. Fiscal do Contrato – Daniela Caires Dias – Nutricionista

7. CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO/MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. Os gêneros alimentícios serão recebidos provisoriamente, no prazo de até 03 (três) dias corridos, contado da autorização de fornecimento, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, em especial quanto a garantia dos serviços assegurados pelo Código de Defesa do Consumidor.



7.1.1. O contratante realizará inspeção minuciosa de todos gêneros alimentícios, por meio de profissionais designado para recepção dos gêneros alimentícios com a finalidade de verificar a adequação dos gêneros alimentícios e constatar e relacionar a entrega, o atendimento, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

7.2. O Contratado fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes do fornecimento ou da execução dos materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição fornecimento até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.4. Os gêneros alimentícios poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo de 24 horas, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.5. Os gêneros alimentícios serão recebidos definitivamente no prazo de 3 dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade dos gêneros alimentícios e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.6. Os Gêneros alimentícios devem ser entregues nas localidades indicadas na Ordem de Fornecimento;

7.7. Do pagamento

7.7.1. Os pagamentos do fornecimento feito pelo fornecedor da agricultura familiar ou empreendedor familiar rural contratado, como consequência da comercialização de gêneros alimentícios, serão realizados pelo Município, através de depósito bancário em conta corrente, em até 20 (vinte) dias após a entrega da Nota Fiscal, devidamente atestada pela Secretaria Municipal de Educação.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO BENEFICIÁRIO

8.1. Para seleção, os projetos de venda habilitadas serão divididos em: grupo de projetos de fornecedores locais, grupo de projetos do território rural, grupo de projetos do estado, e grupo de propostas do País.

8.2. Entre os grupos de projetos, será observada a seguinte ordem de prioridade para seleção:

I - o grupo de projetos de fornecedores locais terá prioridade sobre os demais grupos.

II - o grupo de projetos de fornecedores do território rural terá prioridade sobre o do estado e do País.

III - o grupo de projetos do estado terá prioridade sobre o do País.

8.3. Em cada grupo de projetos, será observada a seguinte ordem de prioridade para seleção:

I - os assentamentos de reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e as comunidades quilombolas, não havendo prioridade entre estes;

II - os fornecedores de gêneros alimentícios certificados como orgânicos ou agroecológicos, segundo a Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003;

III - os Grupos Formais (organizações produtivas detentoras de Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP Jurídica) sobre os Grupos Informais (agricultores familiares, detentores de Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP Física, organizados em grupos) e estes sobre os Fornecedores Individuais (detentores de DAP Física); Caso a EEx. não obtenha as quantidades necessárias de produtos oriundos do grupo de projetos de fornecedores locais, estas deverão ser



complementadas com os projetos dos demais grupos, em acordo com os critérios de seleção e priorização citados nos itens 8.1 e 8.2.

8.4. No caso de empate entre grupos formais, terão prioridade organizações com maior porcentagem de agricultores familiares e/ou empreendedores familiares rurais no seu quadro de sócios, conforme DAP Jurídica.

8.5. Em caso de persistir o empate, será realizado sorteio ou, em havendo consenso entre as partes, poderá optar-se pela divisão no fornecimento dos produtos a serem adquiridos entre as organizações finalistas.

8.6. Opta-se pela realização do presente Chamamento Público de forma PRESENCIAL, com os projetos de venda sendo recebidos, protocolados e avaliados em sessão pública a ser realizada no endereço indicado no EDITAL, na data e horário previamente publicados. A adoção da modalidade presencial fundamenta-se nos princípios da publicidade, da isonomia, da transparência e da eficiência, previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, e ancora-se ainda nas seguintes justificativas:

a) Inclusão e Acessibilidade: Considerando que grande parte dos agricultores familiares e empreendedores familiares rurais possui dificuldades técnicas de acesso a sistemas eletrônicos, tais como internet de qualidade, certificação digital e assinaturas eletrônicas, o formato presencial mostra-se mais democrático, inclusivo e adequado à realidade do público beneficiário deste Chamamento, possibilitando a entrega direta dos envelopes contendo o Projeto de Venda e a documentação exigida, sem qualquer barreira tecnológica que pudesse excluir potenciais proponentes do processo seletivo;

b) Esclarecimento Direto: O formato presencial permite o esclarecimento de dúvidas no ato do recebimento dos envelopes, especialmente quanto à documentação obrigatória, tais como DAP/CAF e demais requisitos de habilitação, reduzindo significativamente o número de inabilitações decorrentes de erros formais ou omissões involuntárias, e garantindo maior transparência, celeridade e efetividade ao processo de seleção, em observância ao princípio da máxima participação e do aproveitamento das propostas;

c) Interação e Transparência: A sessão presencial facilita a interação direta entre a Comissão de Avaliação e os produtores rurais, promovendo a transparência dos atos administrativos, conferindo maior segurança jurídica ao procedimento, permitindo o acompanhamento em tempo real de todas as etapas de habilitação, classificação e análise das propostas por todos os interessados, e reduzindo os riscos de impugnações ou questionamentos administrativos e judiciais, conferindo plena legitimidade ao resultado do chamamento.

9. DAS OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES:

9.1. DO CONTRATANTE:

9.1.1 Além das obrigações resultantes da aplicação da Lei nº 14.133/2021 e demais normas pertinentes, são obrigações do Contratante:

9.1.1.1. Promover a formalização do Contrato ou instrumento equivalente;

9.1.1.2. Informar, no prazo de 5 (cinco) dias da ocorrência, qualquer descumprimento de obrigação por parte do Contratado, em especial a recusa em assinar o Contrato ou retirar o documento equivalente no prazo estabelecido;

9.1.1.3. Encaminhar cópia do Contrato, quando celebrado, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após a publicação do extrato;

9.1.1.4. Gerenciar o Contrato, em especial o controle dos quantitativos e das autorizações para as respectivas contratações, as quais deverão indicar o Contratado, as quantidades e os valores a serem praticados;



9.1.1.5. Autorizar o Contrato por órgãos ou entidades não participantes, nas condições previstas na legislação;

9.1.1.6. Definir acerca da possibilidade de participação, ou não, de órgãos e de entidades integrantes de outras esferas governamentais;

9.1.1.7. Avaliar a solicitação motivada de inclusão ou alteração de itens sugeridos pelos órgãos ou pelas entidades da administração municipal, promovendo, se for o caso, a adequação dos respectivos termos de referência ou projetos básicos para atender aos requisitos de padronização e racionalização;

9.1.1.8. Solicitar, acompanhar e fiscalizar o fornecimento dos produtos, assim como se responsabilizar pelo pedido dentro dos quantitativos fixados;

9.1.1.9. Pagar no vencimento a fatura correspondente ao fornecimento dos produtos;

9.1.1.10. Os documentos fiscais deverão estar devidamente atestados por servidor responsável pelo recebimento dos produtos, após o recebimento definitivo dos mesmos;

9.1.1.11. Zelar pelo cumprimento das obrigações contratuais, bem como pela aplicação de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento do Contrato em que figure como parte;

9.1.1.12. Realizar a cobrança pelo cumprimento das obrigações contratualmente assumidas e aplicar, observada a ampla defesa e o contraditório, eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais em relação às suas contratações;

9.1.1.13. Fiscalizar a manutenção pelo Contratado, das condições de habilitação exigidas neste Termo de Referência (TR), durante toda a execução do Contrato, em cumprimento ao disposto no inciso XVI do artigo 92 da Lei Federal nº 14.133/2021;

9.1.1.14. Encaminhar ao DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES cópia dos documentos emitidos e eventuais anulações;

9.1.1.15. Notificar o Contratado por escrito, fixando-lhe prazo para corrigir defeitos ou irregularidades encontradas na execução do fornecimento;

9.1.1.16. Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado no Contrato ou das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, bem como de comportamentos que comprometam o funcionamento do contrato;

9.2. DO CONTRATADO:

9.2.1. Além das obrigações resultantes da aplicação da Lei nº. 14.133/2021 e demais normas pertinentes, são obrigações do Contratado:

9.2.1.1. Dar ciência, **imediatamente e por escrito**, do recebimento das Notas de Empenho, Autorizações de Fornecimento ou outros instrumentos hábeis encaminhados por e-mail ou outro meio eficaz, enviados pelo Contratante;

9.2.1.2. Cumprir todas as obrigações constantes deste TR e em seus anexos, assumindo exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

9.2.1.3. Atender a todos os pedidos de fornecimento, não se admitindo procrastinação em função de pedido de revisão de preço ou substituição de marca;

9.2.1.4. Praticar, sempre, os preços e as marcas vigentes publicados no Diário Oficial do Município pelo Contratante;

9.2.1.5. Entregar os produtos no prazo, local e condições estabelecidos, cumprindo, fielmente, todas as disposições constantes no Edital e neste Termo de Referência (TR);

9.2.1.5.1. Ao entregar os gêneros o credenciado deverá descarregá-los até o interior do local a ser indicado pela unidade recebedora e aguardar a conferência da entrega.

9.2.1.6. Responsabilizar-se pelo transporte dos produtos de seu estabelecimento até o local determinado, aqui compreendido os custos com frete, bem como pelo seu descarregamento até o interior do local definido para entrega;

9.2.1.7. Entregar os gêneros de acordo com as especificações.



9.2.1.7.1. *Garantir a boa qualidade do produto entregue respondendo por qualquer deterioração, caso apresente má aparência, má conservação, restringindo ou inviabilizando o seu uso e/ou a sua comercialização (lesão, podridão, imaturo, passado, amassado), devendo efetuar a substituição imediata sempre que necessário,*

9.2.1.8. Substituir, após solicitação do Contratante competente, ou propor a substituição das marcas dos produtos registrados, mantendo no mínimo os padrões fixados no Edital e neste Termo de Referência (TR), sempre que for comprovado que a qualidade da marca atual não atende mais às especificações exigidas ou se encontra fora da legislação aplicável;

9.2.1.9. Providenciar a imediata correção das irregularidades apontadas pela Secretaria Municipal de Educação.

9.2.1.10. Manter, durante toda a vigência do Contrato, as mesmas condições de habilitação, especialmente as de regularidade fiscal e trabalhista exigidas na fase licitatória e/ou assinatura do Contrato, inclusive as relativas ao INSS e ao FGTS, renovando as certidões sempre que vencidas e apresentando-as ao setor competente do Contratante, quando solicitadas;

9.2.1.11. Comunicar ao contratante toda e qualquer alteração de dados cadastrais para atualização;

9.2.1.12. Responsabilizar-se pelos salários, encargos sociais, previdenciários, securitários, tributários e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre seu pessoal necessário à execução do fornecimento;

9.2.1.13. Arcar com todas as despesas pertinentes ao fornecimento contratado, tais como tributos, fretes, embalagem e demais encargos;

9.2.1.14. Responder, integralmente, por todos e quaisquer vícios e danos e/ou prejuízos decorrentes da execução do objeto de acordo com o Código de Defesa do Consumidor, causados ao Contratante, à Entidade competente ou a terceiros, por sua culpa ou dolo, na pessoa de preposto ou terceiros a seu serviço, decorrentes da execução do Contrato, não reduzindo ou excluindo de responsabilidade o mero fato da execução ser fiscalizada ou acompanhada por parte do Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.2.1.15. Comunicar ao Contratante a ausência do produto contratado no mercado, apresentando a devida comprovação, tão logo tome ciência do fato que possa vir a comprometer o efetivo cumprimento da obrigação pelo Contratado caso futuramente demandado;

9.2.1.16. Submeter-se às normas e determinações do Órgão Gerenciador no que se referem à execução do Contrato;

9.2.1.17. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do Contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133/2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.2.1.18. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto do Contrato;

9.2.1.19. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da aquisição, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133/2021.

9.2.1.20. Manter, durante toda a vigência do contrato oriundo do credenciamento, os documentos apresentados para esta Chamada Pública.



9.2.1.21. Entregar todos os produtos “in natura”, ou seja, não devem ser processados (descascar, cortar, ralar, embalar, etc.)

10. ESTIMATIVA DE VALORES

10.1. A estimativa dos valores unitários e globais da aquisição levou em consideração o histórico das aquisições anteriores das Chamadas Públicas 01/2024 e 01/2025, pesquisas de preços constante do Mapa Comparativo em anexo e planilha abaixo, coletados com os produtores locais e Preços Públicos. Assim, estimou-se a aquisição no valor global de **R\$ 133.258,32 (cento e trinta e três mil duzentos e cinquenta e oito reais e trinta e dois centavos)**, conforme quantitativos e valores unitários dos objetos abaixo descritos:

ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	UND.	QUANT.	VL.R. UNIT.	VL.R. TOTAL
1	ABACAXI	PÇ	3300	R\$ 9,24	R\$ 30.492,00
2	ABOBORA CABOTIA	KG	440	R\$ 3,61	R\$ 1.588,40
3	ALFACE	MÇ	850	R\$ 8,99	R\$ 7.641,50
4	BANANA NANICA	KG	5700	R\$ 5,16	R\$ 29.412,00
5	BATATA INGLESA ESPECIAL	KG	950	R\$ 5,89	R\$ 5.595,50
6	CEBOLA	KG	1460	R\$ 4,52	R\$ 6.599,20
7	CENOURA	KG	600	R\$ 5,63	R\$ 3.378,00
8	COUVE	MÇ	600	R\$ 10,00	R\$ 6.000,00
9	LARANJA	KG	2400	R\$ 4,99	R\$ 11.976,00
10	MAMÃO	KG	400	R\$ 7,33	R\$ 2.932,00
11	MELANCIA	KG	3150	R\$ 4,19	R\$ 13.198,50
12	REPOLHO	KG	870	R\$ 3,86	R\$ 3.358,20
13	TOMATE	KG	1230	R\$ 8,99	R\$ 11.057,70

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente aquisição correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Fronteira.

11.1.1. A aquisição será atendida pela seguinte dotação:

Órgão: **PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA.**

Unidade Orçamentária: **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.**

Subfunção: **EDUCAÇÃO INFANTIL; ENSINO FUNDAMENTAL;**

Programa: **EDUCAÇÃO NA PRIMEIRA INFÂNCIA (0 A 5 ANOS); ENSINO FUNDAMENTAL REGULAR**

Projeto/Atividade: **MERENDA ESCOLAR - CRECHES; MERENDA ESCOLAR – PRÉ ESCOLAS; MERENDA ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL.**



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA



Elemento de Despesa: - **3.3.90.30.0000** - Valor Orçado Disponível: **R\$ 133.258,32 (cento e trinta e três mil duzentos e cinquenta e oito reais e trinta e dois centavos)** - Recurso: PNAE - Recursos não Vinculados de Impostos, (*Portaria STN nº 710/2021 atualizada*)

Fronteira/MG, 04 de março de 2026.

CARLA PEIXOTO
GESTORA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO